

# AULA 6.

## Mecanismos Institucionais de mulheres na América Latina

**Profa. Marlise Matos**  
**(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)**



## ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SALIENTES DA 4ª ONDA DOS FEMINISMOS NA AL E TB NO BRASIL

- O reforço do **PRINCÍPIO DA NÃO-DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, CLASSE OU RELIGIÃO**. As mesmas mulheres que constituíram as bases do feminismo hegemônico da década de 1990 e que tratavam as mulheres “diferentes” frequentemente como as “outras” - trabalhadoras rurais e urbanas, afro-descendentes, mulheres indígenas, lésbicas – foram responsáveis por um novo efeito de “tradução”, transformando muitos dos princípios do núcleo do feminismo e constituindo “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes controversamente emaranhados com as lutas nacionais e globais para a justiça social, sexual e racial;
- **FLUXOS VERTICAIS DO FEMINISMO - em RELAÇÃO AO ESTADO E ÀS DINÂMICAS VINCULADAS A ESTE NOVO FORMATO DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA**, destaca-se, por sua vez, o esforço no sentido de ações transversais, interseccionais e intersetoriais e de **MAINSTREAMING GENDER**. Uma nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobram-se na necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil;
- Além de verificarmos tb a **PRESENÇA DE SIDESTREAMING DENTRO DO MAINSTREAMING FEMINISTA**

- **Fatores DETERMINANTES/CONDICIONANTES da quarta onda:**

- **1. ENDÓGENOS:**

- **1.1. Os MOVIMENTOS nacionais FEMINISTAS e de MULHERES (MULTINODAIS E POLICENTRICOS);**

- **1.2. Acesso das mulheres a “postos críticos” na região (Poder Executivo e Legislativo);**

- **1.3. Chegada ao Poder da “Onda Rosa”:**

- **Novos governos de esquerda latino-americanos.**

- **2. EXÓGENOS:**

- **2.1. Os MOVIMENTOS globais/transnacionais FEMINISTAS e de MULHERES**

- **2.2. Os organismos internacionais de direitos humanos.**

# OS FEMINISMOS E SUAS PERSPECTIVAS PERANTE O ESTADO

- **O CONCEITO DE “*STATE FEMINISM*” – FEMINISMO ESTATAL**
- Esta institucionalização está em consonância com as novas dinâmicas estatais, tratadas aqui nos marcos da governança democrática, ao estimular diversos atores, públicos e privados a enfrentar as desigualdades de gênero e assegurar espaços de interlocução e deliberação públicos, de modo a possibilitar às mulheres e aos movimentos defender seus interesses e negociar suas demandas (Guzmán, 2001:25).
- É possível exemplificar esse processo a partir de, pelo menos, duas formas do feminismo estatal: a atuação dos mecanismos institucionais de mulheres (MIM) e a elaboração dos planos, programas ou políticas nacionais de igualdade de gênero.
- Ambos existem em todos os países latino-americanos, apesar de haver diferenças entre cada país. Como vimos, na América Latina os MIMs passaram a ser implantados nas décadas de 80 e 90, em um contexto de redemocratização da região e forte pressão dos grupos sociais, especialmente do movimento de mulheres e do compromisso formalizado pela Plataforma de Ação da Conferência de Beijing.

# Nível hierárquico, recursos humanos, técnicos e orçamentários dos Mecanismos Institucionais de Mulheres da América Latina

- **Capacidade técnica e orçamentária dos MIMs segundo localização no nível hierárquico dos governos, seu orçamento, o número total de funcionários e a presença institucional no território nacional.**
- **MIM FORTE:**
- **Alta escala;**
- **Conta com estruturas locais, como escritórios ou equipes técnicas fora da capital administrativa;**
- **Número suficiente de funcionários;**
- **Orçamento corresponde a uma alta parcela do orçamento geral do país;**
- **Alto valor do orçamento por mulher *per capita*.**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Nível Hierárquico	Estrutura Local (1)	Nº funcionários (2)	% do orçamento geral (3)	Orçamento do MIM por mulher (US\$) (4)
<b>FORTE</b>	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	1	Sim	Acima de 500	0,08 a 0,15%	4,00 a 7,00
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	1	Sim	Acima de 500	0,08 a 0,15%	1,00 a 2,00
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	1	Sim	Acima de 500	0,02 a 0,07%	4,00 a 7,00
<b>FORTE / MÉDIO</b>	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	1	Sim	100 a 300	0,02 a 0,07%	4,00 a 7,00
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	1	Não	100 a 300	0,001 a 0,01%	0,50 a 0,99
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	2	Não	100 a 300	0,02 a 0,07%	0,50 a 0,99
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	3	Sim	100 a 300	0,08 a 0,15%	1,00 a 2,00
<b>MÉDIO / FRACO</b>	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	1	Sim	50 a 100	0,02 a 0,07%	0,30 a 0,49
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	1	Não	Até 50	0,02 a 0,07%	0,30 a 0,49
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	3	Sim	50 a 100	0,02 a 0,07%	1,00 a 2,00
<b>FRACO / MUITO FRACO</b>	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	2	Sim	Acima de 500	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Equador	Comission de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	2	Sim	50 a 100	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	2	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,01 a 0,09
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	3	Não	Até 50	0,08 a 0,15%	0,10 a 0,29
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,01 a 0,09

Fonte: Elaboração própria.

# Atribuições dos MIMs

- **Atribuição mais recorrentes é de transversalidade de gênero (14 dos 16 MIMs analisados)**
- **Baixa incidência da atribuição de implementação (6 dos 16 MIMs analisados)**
- **Dentre os fortes e médio/fortes só 3 são implementadores**
- **Possível justificativa para falta de recursos técnicos e orçamentários**
- **quanto maior a força dos mecanismos, maior será a diversidade de suas atribuições.**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Implementação	Catalisação	Transversalização	Monitoramento e proposição de legislação	Produção de conhecimento	Atuação Internacional	Conscientização
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	X	X	X			X	X
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer		X	X	X		X	X
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer		X	X	X	X		X
FORTE / MÉDIO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	X	X	X	X	X	X	
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres		X	X	X		X	X
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	X		X	X	X	X	
	México	Instituto Nacional de las Mujeres		X	X	X	X	X	
MÉDIO / FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer		X	X		X		
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	X		X	X		X	
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	X		X	X			
FRACO / MUITO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	X		X	X	X		
	Equador*	Comission de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de gênero							
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer		X	X	X	X		
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer		X	X		X	X	
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres		X					
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades		X	X	X			

# Interlocução entre MIMs e movimentos feministas e de mulheres

- **A maioria dos mecanismos institucionais oferece algum tipo de canal de participação da sociedade civil (11 dos 16)**
- **Mais recorrentes são os conselhos**
- **Reservas de vagas nos órgãos ou juntas diretoras (principalmente nos Institutos da América Central)**
- **Consultas cidadãs**
- **Sugere relação estreita com a sociedade civil**
- **Entre os mecanismos institucionais de mulheres aqui classificados como “fortes” e “forte/médios”, há maior incidência de estruturas formais de participação (6 entre 7 as possuem), se comparados com os MIMs classificados como “médio/fracos” e “fraco/muito fracos” (só 4 de 9 países possuem essas estruturas, sendo que apenas 2 contam com Conselhos).**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Estrutura formal de Participação da Sociedade Civil	A relação com a sociedade civil como uma atribuição do MIM	Outros canais de participação
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	Puntos de Encuentro	Incentivar participação	–
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	–	Articular e cooperar	–
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	Consejo de la Sociedad Civil	–	Resolução nº476, 11 mai. 2011 aprova norma geral de participação da gestão pública do SERNAM
FORTE /MÉD IO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	Foro de las Mujeres	Promover atividades e assistência	Auditoria cidadã do Instituto e 1 representante do “Foro de las Mujeres” na Junta Diretiva do Instituto
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	–	Conferências de Política para as Mulheres
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	Consejos Consultivos y de Contraloría Social nos estados e municípios	Incentivar participação	Duas cadeiras para representantes de ONGs na Junta Diretiva do Instituto
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	Consejo Social e Consejo Consultivo	Articular e cooperar	16 representações dos dois conselhos na Junta Diretiva do Instituto
MÉD IO/FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	–	Ser interlocutor, canalizar demandas, fortalecer as organizações	1) “Câmara de Desenvolvimento Econômico” 2) programa “Governando com as pessoas”; 3) participação na escolha das secretárias
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	Representação de organizações da sociedade civil no conselho diretivo do Instituto	Incentivar participação; conduzir registros das organizações de mulheres; promover assistência técnica, material e financeira às organizações	–
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	Consejo Nacional de Genero	–	–
FRACO/MUITO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	Consejo Nacional de la Mujer Peruana	–	Ministério prevê uma comissão consultiva para matérias sobre a mulher
	Equador	Comision de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	Representação dos movimentos que compunham o antigo Conselho na Comissão	–	–
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	–	Incentivar participação e dar assistência	–
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	–	Dar assistência técnica e financeira	–
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	–	–	–
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	–	Articular e cooperar	–

## Trajetória da autoridade máxima

- **É possível perceber que um número expressivo de autoridades máximas dos mecanismos institucionais de mulheres, aqui analisados, tem trajetória vinculada à política institucional (6 lideranças entre 15 são ex-deputadas, ex-prefeitas, ex-vereadoras etc.) e a maioria teve inserções anteriores na gestão pública (gestoras municipais, estaduais ou de outros órgãos do governo federal, 11 das 15 autoridades analisadas).**
- **Uma pequena minoria advém de organizações e movimentos de mulheres (dentre elas, a Ministra brasileira, a Presidente do Instituto salvadorenho e a Presidente do Instituto uruguaio).**
- **a minoria teve, ao longo de sua história profissional, alguma afinidade com as questões de gênero (e feministas).**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Trajectoria da autoridade máxima	Formação/profissão da autoridade máxima	Principal temática que define a sua trajetória
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	Política-institucional / Gestão Pública	Médica	Saúde
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	Gestão Pública	Professora Universitária	Educação
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	Gestão privada	Engenharia Comercial	Iniciativa privada
FORTE / MÉDIO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	Política-institucional / Gestão Pública	Advogada	Políticas públicas
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	Organização social e academia	Professora Universitária	Feminismo e saúde
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	Organização social	Psicóloga	Feminismo
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	Política-institucional / Gestão Pública	Licenciatura em decoração	Gênero
MÉDIO / FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	Gestão Pública e privada	Economista	Políticas públicas e gênero
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	Política-institucional	Formação na área comercial	Políticas públicas
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	Organização social	Assistente Social e Professora Universitária	Feminismo e anti-racismo
FRACO / MUITO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	Política-institucional	Advogada	Políticas públicas
	Equador	Comision de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	Gestão Pública	Licenciatura	Políticas públicas e gênero
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	Política-institucional / Gestão Pública	Advogada	Direito da criança e adolescente
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	–	–	–
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	Gestão Pública	–	Políticas Públicas
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	Gestão Pública	Assistente Social	Assistência social e direitos da criança e adolescente

# Planos, Políticas e Programas nacionais de igualdade de gênero

- **Principal resultado político dos MIMs**
- **Todos os países contam com algum desses instrumentos**
- **Metodologias participativas para sua confecção**
- **Processos de consultas, entrevistas, reuniões e assembleias, organização de grupos ou comitês responsáveis por sua produção**
- **Maioria dos planos não contam com orçamentos específicos, não formaliza a participação de outros órgãos na sua execução e nem prevê metas quantitativas**

País	Plano, política ou programa	Prevê metas quantitativas ?	Responsabilidade para outros órgãos?	Dispositivo de acompanhamento e implementação dos planos, políticas e programas
Venezuela	Plan de Igualdad para las Mujeres	Não	Não	Conformação de mesas de trabalho, comissões e espaços para garantir seguimento e aplicação do plano
Rep. Dominicana	II Plan Nacional de Igualdad y Equidad de Género	Não	Não	Um plano de monitoramento e seguimento do PLANEG
Chile	III Plan de Igualdad entre Mujeres y Hombres	Sim	Não	Não
Costa Rica	Política Nacional para la Igualdad y Equidad de Género	Não	Não	Grupo de Suporte Político
Brasil	II Plano Nacional de Política para as Mulheres	Sim	Sim	Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano
El Salvador	Plan Nacional de Igualdad y Equidad para las Mujeres Salvadoreñas	Sim	Sim	Sistema de monitoramento e avaliação do plano e sistema nacional para a igualdade substantiva
México	Programa Nacional para la Igualdad entre Mujeres y Hombres	Sim	Não	Não
Guatemala	Política Nacional de Promoción y Desarrollo Integral de las Mujeres	Não	Não	Sistema de monitoramento, seguimento e avaliação do plano
Honduras	II Plan de Igualdad y Equidad de Género de Honduras	Não	Sim	Sistema de monitoramento e seguimento
Uruguai	Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos	Não	Sim	Conselho Nacional Coordenador de Políticas Públicas de Igualdade de Gênero
Peru	III Plan Nacional de Igualdad de Género	Sim	Sim	Sistema de monitoramento e avaliação do plano e comissão multi-setorial permanente
Equador	Plan de Igualdad, No discriminación y Buen Vivir para Las Mujeres Ecuatorianas	Não	Não	Mesa de coordenação política da transversalização
Colômbia	Política Pública Nacional de Equidad de Género	Não	Sim	Sistema de seguimento e avaliação
Nicarágua	Programa Nacional de Equidad de Género	Não	Não	Não
Argentina	Programa Federal de La Mujer	Não	Não	Não
Bolívia	Plan Nacional Para Igualdad de Oportunidades	Não	Sim	Não

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Um maior aprofundamento nas discussões a respeito especificamente das políticas públicas para as mulheres nos levou ao esforço de construir esse novo diagnóstico, desta vez, sobre o atual estado da arte de uma agenda propriamente dos governos - Poder Executivo e em menor destaque o Poder Legislativo -, nos respectivos países, em relação ao empoderamento das mulheres e a eliminação das desigualdades marcadas por gênero.**
- **Aqueles que estão preocupados em assegurar a igualdade das mulheres insistem que o processo de democratização seja acompanhado de transformações na cultura política e de reformas institucionais inovadoras em nível estatal e nacional, em políticas eleitorais, em governos locais e nacionais, assim como em práticas sociais. Não é a consolidação da democracia que os proponentes dos direitos da mulher idealizam, mas sim sua transfiguração, ou seja, parte-se do ponto de vista de que a agenda do Poder Executivo, assim como a ocupação de cargos no Poder Legislativo são dois dos principais elementos desafiadores para a construção de uma efetiva justiça de gênero na região.**

# O PAPEL DOS ÓRGÃOS DO CONTROLE SOCIAL

ENAP

Escola Nacional de  
Administração Pública



**nepem**

Núcleo de Estudos e Pesquisa  
sobre a Mulher | UFMG

- **HISTÓRICO**

- **A discussão do Controle Social na sociedade brasileira, a partir da Constituição Federal, ganhou uma dimensão relevante porque com ela estamos discutindo a relação Estado e Sociedade.**

- **Participação Cidadã e Controle Social:**

- **Controle Social:**

- **É a capacidade que tem a sociedade organizada de atuar nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para estabelecer suas necessidades, interesses e controlar a execução destas políticas.**

- **A Constituição Federal/88** inovou a relação do Estado com a sociedade, tendo por base: a participação ativa de organizações da sociedade na formulação e co-gestão das políticas sociais.
- Criou também, mecanismos que a sociedade pode se utilizar para promover o controle social junto aos atos da Administração Pública, dentre os quais podemos citar:

- **Mandado de Injunção;**
  - **Mandado de Segurança coletivo;**
  - **Ação Popular;**
  - **Ação Civil Pública;**
  - **Código de Defesa do Consumidor.**
- 
- **Propôs a criação de Conselhos: instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais e das demandas da comunidade.**

## Pressupostos

- São condições básicas para o controle social: cidadãos, entidades e movimentos sociais dispostos a participar e canais de participação criados pelo Estado
- Quando se fala de controle da administração não se pode separar o lado político do lado técnico.
- O controle efetivo do gasto público, envolve a participação ativa da sociedade e a responsabilização objetiva dos gestores públicos.

- **A melhoria do controle social envolve o reconhecimento das dificuldades, o trabalho contínuo para superá-las, o sentido e a inspiração do ideal democrático**
- **Para que o controle social funcione é preciso uma sociedade preparada para exercer tal função.**

- **O controle é inerente a qualquer forma de organização.**
- **Administrar compreende: planejar, organizar, dirigir e controlar.**
- **A atividade controladora pressupõe o monitoramento de determinada variável ou tema com o intuito de compará-la a determinado padrão e, a partir dos resultados, implementar as ações devidas.**

- **A Participação social feminina nos Conselhos**
- **Os Conselhos são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo, constituídos em cada esfera do governo com caráter permanente e composição paritária, isto é, igual número de representantes do governo e da Sociedade Civil.**

## Os Conselhos:

são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução das políticas públicas, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

**O OBJETIVO DOS CONSELHOS É O CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA PARA QUE HAJA UM MELHOR ATENDIMENTO À POPULAÇÃO e melhoria na qualidade das ações estatais.**

- Os Conselhos existem nas três esferas de Governo:
- Esfera Federal: Temos Conselhos Setoriais das Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras) e Conselhos de Direitos com seus respectivos Fundos implementados.
- Esfera Estadual: Os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas (Saúde, Educação e Assistência Social, entre outras) estão funcionando em todas as 27 (vinte e sete) unidades federadas com Fundos implementados.
- Esfera Municipal: Na maioria dos Municípios estes Conselhos também estão criados.

- A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo, ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas.
- No entanto, há que se avaliar o funcionamento efetivo e a eficácia da atuação destes Conselhos.
- Funcionamento dos Conselhos:
- Para que o Conselho funcione adequadamente, algumas condições são necessárias:
  - Que o Conselho tenha Legitimidade.
  - Que o Conselho seja Representativo.
  - Que o Conselho tenha Efetividade e Eficácia.

- **O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL EXIGE:**
- **Socialização de informações;**
- **Acompanhamento e fiscalização das ações governamentais;**
- **Controle do orçamento público;**
- **Fiscalização dos fundos públicos;**
- **Avaliação do desempenho das políticas públicas;**
- **Realização de reuniões abertas;**
- **Realização de audiências, assembleias e fóruns para ampliar a participação da sociedade no controle das políticas públicas.**

- **ALGUNS DESVIOS NA TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS:**
- **Apesar da Lei determinar o caráter deliberativo desses Conselhos, em geral denotam um caráter eminentemente consultivo.**
- **Dificuldade e resistência do poder público em permitir a publicização do Estado;**
- **Transparência e socialização de informações fundamentais para que os Conselhos exerçam o controle social.**

- **No entanto, este investimento ainda não se reverteu em igualdade salarial com os homens - em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade, em outros, esta se intensificou.**
- **Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes.**
- **QUANTO MAIOR A ESCOLARIZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.**

- Ausência de esquemas próprios de divulgação e comunicação com a sociedade – a visibilidade e transparência dos Conselhos;
  - Autonomia – Na prática dos Conselhos, fica evidente a dependência quanto às condições administrativas, financeiras e técnicas.
- **CONDIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS:**
- **Autonomia** – infra-estrutura (espaço físico e secretaria executiva, dotação orçamentária) e condições de funcionamento autônomo.
- **Transparência e socialização de informações** - para controlar o orçamento e os gastos públicos.
- **Visibilidade**- divulgação e publicização das ações dos Conselhos.

- **Integração** – criar estratégias de articulação e integração do Conselho, através de agendas comuns e fóruns mais amplos, que contribuam para superar a setorização e a fragmentação das políticas públicas.
- **Articulação** – dos Conselhos com outras instâncias de Controle Social como os Fóruns e Comissões Temáticas ampliando a participação da sociedade no Controle Social das Políticas Públicas.
- **Capacitação Continuada dos Conselhos** – desenvolver um processo contínuo de formação dos/as Conselheiros/as, instrumentalizando-os para o efetivo exercício do controle social.

- **Insatisfação e descontentamento com o tema nos parecem atualmente na ordem do dia: para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), antecedida de um processo intenso de pré-conferências em todo o país, além dos temas de avaliação das desigualdades de gênero e de uma avaliação crítica do I Plano Nacional de Política para as Mulheres (I PNPM), se elegeu como tema prioritário dos debates “As Mulheres Brasileiras nos espaços de Poder”.**
- **Já realizamos QUATRO Conferencias Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 20011 E 2016) e temos hoje tres Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs)!**

- **A equidade de gênero é considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento, o reconhecimento, e a representação das mulheres e uma condição para, de fato, se reduzir a pobreza em nosso país.**
- **Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho estão, em geral, mais capacitadas para contribuir para a saúde e a produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas para as novas gerações.**

- **Pesquisas demonstram que o investimento na educação feminina reduz as taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e de mortalidade materna, aumenta as taxas de participação da força de trabalho e elevam os ganhos salariais.**
- **O estreitamento dos hiatos de gênero (*gender gap*) não só é uma questão de justiça, mas também incrementa o crescimento econômico e o bem-estar da população (WEF, 2009: 24).**
- **Se o ordenamento legal do Brasil estabelece preceitos fundamentais para garantir a igualdade de tratamento perante a lei e a equidade de gênero, na vida cotidiana persistem inúmeros obstáculos à realização dessas promessas legais, seja no mundo do trabalho, seja na esfera política ou privada.**

- **As mulheres brasileiras, nos diferentes períodos da vida, sofrem a violência com base no gênero em suas várias expressões:**
  - **restrições no campo da autonomia sexual,**
  - **dificuldades de acesso à saúde sexual e reprodutiva,**
  - **sobrecarga de responsabilidades,**
  - **segregação ocupacional,**
  - **discriminação salarial,**
  - **baixa presença nos espaços de poder,**
  - **má distribuição dos afazeres domésticos etc.**
- **Porém, a despeito das permanências de antigas desigualdades, há aquelas entre os gêneros que estão sendo reconfiguradas, resultando num novo cenário em que:**
  - **se reforçam desigualdades entre as próprias mulheres, mas também**
  - **se revertem desigualdades entre homens e mulheres, como no caso da educação e da esperança de vida, em que estas últimas apresentam melhores indicadores do que os primeiros.**

- **O desenvolvimento brasileiro aconteceu, infelizmente, com aumento da concentração da riqueza e com exclusão social, e só apenas MUITO recentemente se inverteram parcialmente os sinais das desigualdades regionais, de classe, de gênero, de raça e geração.**
- **O Brasil foi um dos países do mundo que mais cresceu no século XX em termos populacionais e econômicos.**
- **A população brasileira passou de pouco mais de 17 milhões de habitantes, em 1900, para 170 milhões de habitantes no ano 2000 (cresceu 10 vezes em 100 anos);devendo atingir o ápice de 220 milhões de habitantes em 2040.**
- **Este alto crescimento demográfico não impediu o crescimento econômico, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do país aumentou cerca de 127 vezes em 100 anos, propiciando uma ampliação da renda per capita de 12,7 vezes no período.**
- **MAS estamos agora experimentando nova crise econômica, social e política.**

- **A permanência de altos percentuais de pobreza entre a população brasileira evidencia que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de universalizar seus benefícios, especialmente quando consideramos os recortes de classe, gênero e raça.**
- **Do ponto de vista das políticas públicas contribuíram para a recente redução da pobreza no Brasil os efeitos de investimentos realizados em três áreas estratégicas:**
  - **a) valorização do salário mínimo;**
  - **b) aumento da cobertura da assistência social via Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social/Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS); e**
  - **c) ampliação substantiva das políticas de transferência de renda.**

- Estas três políticas públicas tiveram, muito recentemente, um impacto positivo na redução da pobreza em termos de classe, gênero, raça e geração, isto é, favoreceram pobres, mulheres, negros e idosos (Cedeplar, 2007; Ibase, 2008; Rocha, 2008).
- Também tiveram um impacto regional, pois a prioridade é para as regiões mais pobres do país, que recebem, proporcionalmente, maiores recursos decorrentes do aumento do salário mínimo, do BPC/LOAS e do Programa Bolsa Família.
- Mas O QUÊ significa, de fato, **DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA PARA NÓS MULHERES ???**
- **QUAIS SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GOSTARIAMOS DE EVR IMPLEMENTADAS NESTA DIREÇÃO?**

# Obrigada!

**Profa. Marlise Matos  
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)**